



## ACTA

Aos seis dias do mês de Maio do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Vice-Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado, que presidiu na ausência do Presidente da Câmara, António Magalhães da Silva e Vereadores Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

### ----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

### ----- INTERVENÇÕES -----

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, dois documentos, pedindo que os respectivos textos, que a seguir se transcrevem, ficassem registados em acta: **a)** - “Já no anterior mandato o PSD questionou o Executivo Socialista sobre a necessidade do Grupo de trabalho criado para analisar e resolver os problemas de delimitação dos territórios das Freguesias, presidido pelo Sr. Presidente da Câmara apresentasse resultados visíveis, se estiver efectivamente a trabalhar. As questões relacionadas com os limites de cada freguesia, nalguns casos podem significar alterações de fundo na constituição dos seus órgãos autárquicos (Junta e Assembleia de Freguesia) e consequentemente alterações das condições económicas e financeiras para os eleitos desempenharem os seus mandatos. Por exemplo, os limites entre as freguesias de Creixomil e as

freguesias vizinhas de Urgezes, S. Paio e Fermentões e de Serzedelo com Gondar e Riba d'Ave nos lugares de Sobreira e S. Bartolomeu originam situações caricatas como sejam construções no território vimaranense a serem licenciadas pelo Município de Famalicão e a impossibilidade dos cidadãos poderem ter acesso a serviços elementares como seja receber correspondência dos CTT, quando nalguns casos, por exemplo em termos de citações judiciais, a não recepção da correspondência não serve de argumento para justificação de eventuais faltas ao tribunal, podendo originar graves consequências para os faltosos. Gostaria de saber o que está a ser feito a este nível pelo Executivo"; **b)** – "A Estrada Nacional 101, Guimarães – Braga é uma das vias mais saturadas de ligação entre as duas cidades. Muitos automobilistas utilizam como alternativa a estrada Taipas – Sande S. Lourenço – Longos – Falperra. Acontece que já há alguns anos o piso dessa via está completamente degradado obrigando os condutores a um autentico rally para procurar o piso em melhor estado e assim proteger as suas viaturas. Naturalmente que uma condução deste tipo acarreta também perigos para os peões e nem os semáforos de controlo de velocidade, por si só, garantem a protecção aos peões. O estado da estrada que faz a ligação até à Igreja Paroquial e Cemitério de Sande S. Lourenço deve fazer corar de vergonha os responsáveis municipais, assim como a ligação de Longos a Balazar necessita de uma intervenção urgente. Concordamos com a intervenção em curso na estrada municipal que liga Prazins Santa Eufémia – Souto S. Salvador – Souto Santa Maria e Gondomar mas é importante assumir o compromisso de rapidamente assegurar às populações das Taipas, Sande S. Lourenço e Longos que também eles vão ter no curto prazo a garantia de poder circular em segurança e com a garantia da



protecção de pessoas e bens". **2 – Vereadora Luísa Oliveira** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras – A reorganização territorial quando não começa pela nossa casa, colocando de lado bairrismos que valem o que valem, só significa que somos totalmente incapazes de mudar o presente e preparar o futuro. Obviamente que como vimaranense fico satisfeita com alguns dos investimentos que são feitos na cidade, embora continue a sentir que me assiste o direito de não concordar com alguns, mas o que mais me preocupa é a diferença de critérios que se sente quando atravessamos algumas das freguesias deste concelho, e, aí pergunto-me, muitas vezes, onde estão as preocupações com a mobilidade das pessoas, a segurança dos mais frágeis e com o sentido estético, também importante para nos sentirmos orgulhosos da terra a que pertencemos? Na mesma semana em dois pontos distintos do concelho senti que há munícipes de primeira e munícipes de segunda, quando observo pessoas que saltitam entre pedaços de passeio procurando sentirem-se seguros, como acontece nos diferentes percursos que conduzem à Ponte de Campelos, alvo de observações por parte de um Deputado da CDU. A solução do problema da Ponte não é ser complementada com uma ponte pedonal, para mim leiga em matérias de planeamento, o problema é que aquela ponte não foi construída para suportar a quantidade de veículos que hoje a atravessam, que os seus acessos nunca foram planeados para esse movimento e o que é mesmo necessário é encontrar outras alternativas que reorganizem o trânsito e devolvam tranquilidade aos peões. Reconheço também que há outro tipo de munícipes/automobilistas que nos seus percursos diários merecem

acessos/estradas sem relevos adicionais provocados por intervenções mal planeadas, por correcções nunca executadas ou mal executadas e pelos efeitos das intempéries, que hoje são o bode expiatório para uma acção humana que não respeita minimamente a paisagem. Fazer o percurso das Taipas a Longos é um Rally, digno, um destes dias de ser cobiçado pelos organizadores do da Falperra que ainda se viram para os nossos lados justificando antigas querelas de divisão administrativa. É urgente, senhor Presidente, que os serviços façam um novo Mapa de acessibilidades nas freguesias para que sejam dignas de um século XXI e o concelho prove que acompanha as necessidades presentes e futuras. E o futuro de Portugal é o de um país de gente envelhecida que cada vez mais viverá isolada e dependente, que nos deve merecer um grande respeito porque foram os que trabalharam na terra ainda o sol não tinha nascido, não o viam dentro das fábricas onde trabalhavam, que irão ter as mais baixas prestações sociais na velhice e irão depender de serviços de IPSSs porque os mais novos não vão querer viver em terras descaracterizadas, onde já não se conseguirá, nunca mais, recuperar as belezas naturais que outrora outros contemplaram”.

**3 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “Num momento em que, como o presente, grassa a falta de confiança na economia e a incerteza sobre o futuro, as famílias, as comunidades e os Estados devem aproveitar este período para se reorganizarem, se reposicionarem, em suma, melhor reflectirem acerca da sua posição estratégica face ao meio social e económico em que se integram. Portugal está, desde há alguns anos, em lento e discreto processo de preparação para uma reorganização territorial e



administrativa, em processo que tem conduzido a um progressivo esvaziamento do papel dos distritos, tendente à sua já quase unânime extinção como circunscrição territorial relevante, e em simultâneo, e talvez também por essa razão, a caminhar para novas formas, mais abrangentes, de organização territorial, de que é exemplo, no sector do turismo, a Zona de Turismo Porto e Norte de Portugal. Guimarães deve igualmente aproveitar o redesenho da organização territorial que surgirá num curto/médio-prazo, para se posicionar, para antecipar a sua posição estratégica, para se assumir como uma relevantíssima cidade do Norte de Portugal. Ainda muito recentemente, no seu discurso do 25/Abril, o Senhor Presidente da República chamou atenção para aquele que é um clamor antigo das gentes do Norte, bem como deveria ser de todo o País, que é o progressivo empobrecimento do Norte do País, logo nesta região que com a força da sua economia, da sua indústria e do seu povo, foi o motor do progresso e do enriquecimento de Portugal. Disse o Senhor Presidente da República: *"O Porto é uma cidade que dispõe de todas as condições para ser um pólo aglutinador de novas indústrias criativas, ligadas às artes plásticas, à moda, à publicidade, ao design, ao cinema, ao teatro, à música e à dança, mas também à informática, à comunicação e ao digital. Não é de hoje a vitalidade cultural e a capacidade empreendedora das gentes do Norte... aí existe muito do melhor que Portugal fez nas últimas décadas. Uma aposta forte dos poderes públicos, conjugada com a capacidade já demonstrada pela sociedade civil relativamente a projectos culturais de referência, poderão fazer do Porto e do Norte uma grande região criativa, sinónimo de talento, de excelência e de inovação. Aí existe um tecido humano feito de gente activa e dinâmica, um espírito de inovação e de risco, um*

*culto do que é novo e diferente. Estudos recentes vieram mostrar que as actividades culturais e criativas podem desempenhar um papel de crescente relevância na economia portuguesa, à semelhança do que ocorre noutras sociedades desenvolvidas e pós-industriais. Na Região Norte, aliás, foram já lançadas iniciativas visando tirar partido das suas potencialidades neste domínio. Temos aí um enorme potencial para desenvolver um turismo diferente e de qualidade e para fundar uma nova centralidade alicerçada no vanguardismo estético e na inovação tecnológica e empresarial."* Parece evidente aquilo que Guimarães tem e pode vir a ter com tudo isto. O papel que Guimarães pode e deve ter neste futuro que o Presidente da República desejou que o Norte devesse voltar a ter. Aliás, 10 dias antes desta intervenção, em pergunta e requerimento dirigido à Senhora Ministra da Cultura acerca da Capital Europeia da Cultura/2012, a deputada Francisca Almeida questionou a Ministra, entre outros, sobre o seguinte: *"Tendo em conta as declarações da Sra. Ministra de que «em breve é o turismo que vai dever tudo à cultura», que medidas concretas estão a ser tomadas pelo Governo no sentido de aproveitar a CEC que em 2012 terá lugar em Guimarães, para lançar internacionalmente esta cidade como destino turístico de excelência? De que forma vai o Governo aproveitar este evento para fomentar, pela via da cultura e da CEC/2012, o turismo na Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal, designadamente no triângulo Porto-Douro-Guimarães, as 2 cidades e região do Norte de Portugal que são Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO?"* Em suma, e voltando ao início desta intervenção, Guimarães é notoriamente a 3ª cidade do Norte de Portugal, e deve assumir-se, sem receios, como tal. Correspondendo ao apelo do Presidente da República, Guimarães pode e deve integrar um



triângulo juntamente com o Porto e com Braga, para entre si, interligadas e em comunhão de esforços, criarem e sustentarem a *“região das indústrias criativas”*. Guimarães com o AvePark e Braga com o Instituto Ibérico de Investigação, complementam na perfeição a liderança natural do Porto, no que respeita à criação de uma região de inovação científica e tecnológica no Norte de Portugal. Por outro lado, pegando nas palavras do Presidente da República, *temos um enorme potencial para desenvolver um turismo diferente e de qualidade e para fundar uma nova centralidade alicerçada no vanguardismo estético e na inovação tecnológica e empresarial*, isto é, temos todas as condições para nos assumirmos, também do ponto de vista turístico e também pela via da CEC, como um dos três destinos de excelência do Norte de Portugal, juntamente com o Porto e com o Douro. Parece-nos evidente o posicionamento estratégico, de liderança, que Guimarães deve assumir na futura configuração político-administrativa do Norte de Portugal. Parece-nos evidente o quanto encaixam na nossa cidade as ambições que o Presidente da República perspectivou para o Norte, e o relevante papel que nos deve caber nesse futuro. Parece-nos por isso pertinente, relevante, e acima de tudo oportuno, que em face do que ficou dito, procedesse V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, ao rápido agendamento de uma audiência com o Senhor Presidente da República, por forma a podermos ser os primeiros a corresponder ao repto que o Presidente lançou para todo o Norte de Portugal, por forma a podermos ser os primeiros a dizer presente na hora de trabalhar para um futuro melhor, por forma a, no fundo, podermos demonstrar ao Presidente da República as nossas vontade e determinação para que Guimarães assuma o papel que historicamente sempre lhe coube”. **4 – Vereador António**

**Salgado Almeida – a)** – Alertou a Autarquia para a necessidade de aproveitar a realização de obras na Circular Urbana para melhorar a segurança nas passagens superiores; **b)** – Defendeu que as obras de requalificação previstas para os edifícios habitacionais do Bairro de Nossa Senhora da Conceição e Atouguia deveriam ser acompanhadas de uma intervenção na área envolvente, sobretudo no que diz respeito à eliminação de barreiras arquitectónicas; **c)** – Mostrou-se apreensivo com a anunciada mudança do serviço dos CTT em Lordelo, esperando que a solução encontrada satisfaça os habitantes; **d)** - Manifestou a sua discordância com a supressão de alguns horários dos transportes colectivos ao fim-de-semana nas áreas de Serzedelo, Guardizela, Moreira de Cónegos e Lordelo. Disse, ainda, que numa altura em que está em negociação o contrato de concessão dos Transurbanos de Guimarães, se deveria alargar os serviços às Vilas de Moreira de Cónegos e Serzedelo; **e)** – Defendeu uma melhoria dos acessos aos equipamentos da Cidade Desportiva, defendendo, face ao elevado volume de tráfego, dizendo ser urgente encontrar soluções para ultrapassar os estrangulamentos existentes na zona de Eiras; **f)** – Por último, referiu uma situação de degradação humana e ambiental existente num acesso pedonal que liga a Cruz de Pedra ao Pavilhão Multiusos.

**5 – Vereador César Machado** – Sobre esta última intervenção do Vereador António Salgado Almeida, disse que a situação estava devidamente identificada e que os serviços têm trabalhado o assunto.

**6 – Vice-Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que havia problemas de difícil resolução no que diz respeito à definição do território concelhio, como acontece com as freguesias de Arosa e





Nespereira, bem como com a delimitação geográfica das freguesias. Disse, ainda, que o actual mapa concelhio tem zonas indefinidas, assinalando que as respectivas delimitações competem às Assembleias de Freguesia, actuando a Câmara Municipal na qualidade de mediadora. Disse, também, que no caso recente da zona do Salgueiral, os representantes das Juntas de Freguesia de Urgezes e Creixomil estiveram já a analisar a questão para que seja possível um entendimento. Por último, salientou a dificuldade de um consenso porque a definição de limites interfere na dinâmica da população e até em questões relacionadas com a afinidade existente a determinada freguesia;

**b)** – Sobre o estado de conservação do piso das estradas, designadamente nas Caldas das Taipas, Sande S. Lourenço, Longos e Balazar, disse conhecer bem a situação não sendo, contudo, tão grave como foi relatado. Recordou os avultados investimentos realizados na requalificação das vias estruturantes do concelho, no sentido de colmatar as fragilidades causadas pela expansão das redes de água e saneamento, apontando, como exemplos, as ligações entre Pevidém e Gondar, Urgezes e Gémeos, Guimarães à Penha e vias que garantem o acesso entre Ponte e Prazins Santo Tirso;

**c)** – Disse discordar do entendimento da Vereadora Luísa Oliveira vertido na sua intervenção, referindo que as acessibilidades e respectiva segurança rodoviária são uma preocupação da Câmara Municipal;

**d)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima sustentou que há vários anos que o Município está empenhado na dinamização das indústrias criativas, sendo essa uma das vertentes da estratégia associada à Capital Europeia da Cultura. Acrescentou que só em 2020 se perceberá se a aposta terá ou não êxito, realçando que o investimento que está a ser feito na regeneração urbana poderá

ser um dos motores de arranque para o esperado incremento turístico; **e)** – Sobre a Circular Urbana informou que a 3ª fase da intervenção deverá avançar brevemente, estando dependente apenas da homologação do protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Estradas de Portugal; **f)** – Sobre as obras de requalificação previstas para os edifícios habitacionais do Bairro de Nossa Senhora da Conceição e Atouguia disse que a intervenção está a ser coordenada com a Câmara Municipal; **g)** – Disse desconhecer a deslocalização do serviço dos CTT em Lordelo, pelo que irá recolher informação sobre o assunto; **h)** – Sobre a via da Veiga de Creixomil, mostrou-se adverso à construção de uma ligação que compromettesse a integridade da Veiga de Creixomil, onde brevemente serão criados percursos pedonais contemplados no Laboratório da paisagem, acrescentando que estava a ser projectada uma via de acesso àquela zona, ligando a rotunda de acesso à auto-estrada à circular urbana. **7 – Vereador Amadeu Portilha** – Sobre os transportes públicos, disse que, efectivamente, se têm verificado problemas, sendo que as companhias operadoras estão preocupadas com a rentabilização dos circuitos. Referiu, ainda, que a questão levantada pelo Vereador António Salgado Almeida não era da responsabilidade da Câmara Municipal, já que não se trata de transportes urbanos mas sim de interurbanos, cuja entidade responsável é o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Vice-Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do Boletim Estatístico do Emprego/Desemprego no Distrito de Braga relativo ao mês de Março de 2010. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----



**I** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 26 de Abril de 2010, que aprovou a conta final da obra **AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1 DE S. ROQUE – COSTA**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1 – Por despacho do Sr. Vereador com poderes subdelegados Dr. Domingos Bragança, datado de 25 de Fevereiro de 2010, foi a empreitada em título adjudicada à empresa “Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda.” pelo valor de €562 943,21 (quinhentos e sessenta e dois mil novecentos e quarenta e três euros e vinte e um cêntimos) + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €517 409,18 (quinhentos e dezassete mil quatrocentos e nove euros e dezoito cêntimos) + IVA. 3 - Verificou-se a existência de €45.534,03+IVA de trabalhos a menos que resultaram do não esgotamento das quantidades previstas e que correspondem a 8,09% da Empreitada. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €517.409,18 (quinhentos e dezassete mil quatrocentos e nove euros e dezoito cêntimos) + IVA e do Auto final no valor de €34.093,97 (trinta e quatro mil noventa e três euros e noventa e sete cêntimos) + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º, do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento, e com os índices disponíveis para a revisão de preços, conclui-se que não há lugar a revisão de preços. 8 - Para cumprimento do disposto no art. 399º, do Decreto-Lei 18/08, de 29 de Janeiro, foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº 1 do artº401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao

adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”; **II** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 16 de Abril de 2010, que adjudicou o Fornecimento de 7.000 toneladas de Betão Betuminoso ao concorrente “José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.”, pelo preço contratual de €245 000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil euros) + IVA; **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de Abril de 2010, que adjudicou a empreitada “Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação e Divisão de Modernização Administrativa e de Qualidade da Câmara Municipal de Guimarães ao concorrente “Construções Phaecis, Lda”, pelo valor de €214 355,26 (duzentos e catorze mil trezentos e cinquenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos) + IVA; **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 3 de Maio de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1** – Atenta a necessidade de executar a obra de: **Requalificação da EN 207-4 de Azurém a S. Torcato**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €398.189,98 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.53. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no



Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €398 186,98 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director, em Regime de substituição, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. c) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **V** – Da seguinte informação da Divisão de salubridade e Ambiente: **“Plano Operacional Municipal (POM) pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios** – Na sequência do estabelecido pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio foi efectuado pelo Gabinete Técnico Local Florestal o Plano Operacional Municipal (POM) de Guimarães, aprovado por unanimidade pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI) a 14 de Abril de 2010. O Plano Operacional Municipal (POM) para o concelho de Guimarães é um instrumento que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta passa a dispor para o desencadeamento das operações no âmbito

dos incêndios florestais, com vista a possibilitar uma unidade de direcção e controlo para a coordenação das acções a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a uma catástrofe ou calamidade, tendo em vista minimizar os prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade. O POM 2010 foi elaborado de acordo com o Guia Técnico fornecido pela Autoridade Florestal Nacional, de forma não só de uniformizar os conteúdos do mesmo a uma escala nacional, mas também de o tornar mais dinâmico e adaptado à realidade local. Esta publicação é o resultado do esforço conjunto no sentido de tornar claro o papel e responsabilidade de cada um dos intervenientes com responsabilidades na prevenção e fiscalização, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio". **VI** – Do ofício da Cooperativa A Oficina remetendo, para conhecimento, o Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2009, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **VII** – Do ofício da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão 2009, o Plano de Actividades e Orçamento 2010, o Parecer do Conselho Fiscal e a lista eleita dos Órgãos Sociais para o quadriénio de 2010/2014 e a Acta da Sessão da Assembleia Geral, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **VIII** – Da informação da Divisão de Acção Social dando conhecimento que o ACIDI – Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural - após ter tomado conhecimento da deliberação de Câmara de 4 de Março de 2010 que aprovou a minuta do Protocolo a celebrar, solicitou a introdução de alterações, conforme documento que se junta em anexo. É proposto na mesma informação a aprovação destas alterações considerando a sua pequena expressão, não alterando



substancialmente o texto aprovado em reunião de Câmara, e que seja dado conhecimento destas alterações em reunião de executivo tendo em vista a assinatura do Protocolo no próximo dia 10 de Maio. As alterações respeitam à cláusula terceira, nºs 3.2, 3.4, 3.9, 3.15 e 3.16, à cláusula sexta, nº 6.1 e à cláusula oitava. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. -----

**OBRAS PÚBLICAS – EDIFÍCIO DE CLIMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – ADJUDICAÇÃO –**

Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente **“AGRUPAMENTO SISTAVAC S.A. E SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES GUIMAR, S.A.”**, pelo preço de **€813 438,92** (oitocentos e treze mil quatrocentos e trinta e oito euros e noventa e dois cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 120 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – CONCURSO PÚBLICO AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO ART. 19º DO DECRETO-LEI N.º 18/2008 DE 29 DE JANEIRO, ALTERADO E**

**REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 278/2009 DE 2 DE OUTUBRO**

– Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião de 18 de Março de 2010, deliberou aprovar a proposta de decisão de contratar a obra em epígrafe, sendo o preço base do concurso fixado em €3.023.348,96 + IVA. Entretanto, o procedimento foi aberto e na sequência da apresentação de esclarecimentos/erros e omissões por parte dos interessados, a Divisão de Estudos e Projectos enviou ao Departamento de Obras Municipais uma informação que se junta em anexo (Doc.1) e na qual se solicitava a rectificação do preço base do concurso considerando diversos pressupostos, nomeadamente: Falta de projecto de demolições – 1.ª Fase. Estima-se um valor global de €147.135,50 + IVA. Alterações relativas à estrutura do edifício, nomeadamente a nível de fundações. Estima-se um valor de alteração de €136.094,75 + IVA. Deste modo, considerando que o preço base inicialmente aprovado em reunião de Câmara sofreu uma alteração, passando a ser agora de €3.306.579,21 + IVA, deverá essa alteração ser submetida a aprovação da reunião de Câmara. À consideração superior”. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luisa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DA COSTA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ELABORAÇÃO DO PROJECTO E CONSTRUÇÃO DA CAPELA MOIRTUÁRIA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em reuniões de 29 de Maio de 2008 e 23 de Abril de 2009, a Câmara Municipal





de Guimarães, delegou na Junta de Freguesia da Costa a execução da obra designada por "Elaboração do projecto e construção da Capela Mortuária", pelo valor de €22.100,66, correspondente a cada deliberação. Como a Junta de freguesia da Costa só agora está em condições de apresentar obra feita, submete-se à aprovação do executivo camarário a prorrogação do prazo das deliberações supra referidas até final do ano 2010, bem como autorização para que as verbas atribuídas possam ser pagas este ano mediante elaboração de autos de medição efectuadas pelos serviços do Departamento de Obras Municipais". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FORNECIMENTOS – FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ICROGERAÇÃO COM POTÊNCIA DE 3,68 KW E SISTEMA SOLAR TÉRMICO – AJUSTE DIRECTO** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Fornecimento identificado em epígrafe, em anexo, bem como a correspondente minuta do contrato, também em anexo. O Relatório Final propõe que o fornecimento em epígrafe seja adjudicado ao concorrente "I-SETE – Inovação, Soluções Económicas e Tecnologias Ecológicas, Lda.". O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIREDO – CONTRATO DE COMODATO DO ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE FIGUEIREDO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Figueiredo solicitou a cedência do edifício escolar de Figueiredo, e respectivo mobiliário, entretanto desactivado, com vista à instalação da sua Sede de Junta e em simultâneo pretende também dar início ao processo de Reconhecimento de Competências, em parceria com o

Centro Novas Oportunidades Vale do Ave, da Associação de Municípios do Vale do Ave, destinando-se ao enriquecimento educacional da população adulta residente naquela freguesia. De acordo com informações prestadas pelos Serviços da Educação, tendo aquela escola sido encerrada no corrente ano lectivo, e considerando a possibilidade de atribuir novas utilizações aos edifícios escolares devolutos, deverá aquele espaço ser aproveitado para a instalação de valências culturais e sociais, que se traduzam num efectivo enriquecimento da oferta de serviços àquela população, pelo que se conclui que não há qualquer inconveniência quanto à utilização do prédio acima identificado, e seu mobiliário, para os fins pretendidos pela Junta de Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Figueiredo e demais população, tendo aquela Junta pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 6 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência do antigo edifício escolar de Figueiredo, inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 176º, à Junta de Freguesia de Figueiredo, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----



O Vereador André Coelho Lima **solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto:** "Neste Ponto 6 da Agenda de Trabalhos, acerca da aprovação de um contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Figueiredo para entrega do edifício escolar de Figueiredo, entretanto desactivado, deparamo-nos com uma figura contratual que é essencialmente um empréstimo gratuito, celebrado com esta Junta de Freguesia, por sinal do PSD, sendo que nas restantes cedências de antigos edifícios escolares se optou pela celebração de contratos de doação à respectiva junta de freguesia. Em face destes factos, incomprendemos absolutamente o que possa justificar esta discriminação, visível aliás pela circunstância de hoje mesmo, no ponto 9 desta mesma reunião de Câmara, podermos verificar que o edifício da antiga Escola do Mosteiro (freguesia da Costa), foi objecto de uma doação pela Câmara à Junta de Freguesia em 21.02.2008, sendo que não admitimos que possa ter que ver com a curiosa circunstância de esta junta, de Figueiredo, ser do PSD, e aqueloutra que nos surge na mesma agenda, ser do PS. Aliás, a situação ainda é mais gritante quando consta do próprio texto que o edifício se destina, entre outras funções, a sede da junta de freguesia, quando é sabido que as juntas de freguesia do nosso concelho são proprietárias dos edifícios onde instalam a sua sede. Acrescidamente ao já descrito, registamos a circunstância de se tratar de um contrato com prazo de apenas 1 ano, renovável, o que impõe um cutelo permanente na Junta de Freguesia que corre sempre o perigo da denúncia pela Câmara Municipal, ano após ano, tolhendo a liberdade de actuação política da junta de freguesia, o que configura uma situação politicamente inadmissível. Cumpre referir, ainda, a questão da

responsabilidade pela realização de obras e aquisição de equipamentos, que nos termos do contrato proposto é totalmente a cargo da junta de freguesia, sendo que não compreendemos como se justifica a imposição à junta da realização de todas as obras que vierem a ser necessárias no edifício, para mais em bem alheio, ou como se compreende a exigência do custeio de todas as aquisições de novos equipamentos, quando todos os anos este contrato pode ser denunciado. Em conclusão, cumpre dizer que este é um contrato leonino, que numa demonstração de poder impõe uma autêntica camisa de forças à Junta de Freguesia de Figueiredo o que é absolutamente injustificável, discriminatório face ao tratamento dispensado nas outras situações análogas e politicamente inadmissível". -----

**PATRIMÓNIO – CICLOVIA DE GUIMARÃES – PROCº. 40/39/2009** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal tenciona materializar uma Pista de Cicloturismo entre a actual pista existente na zona da freguesia de Mesão Frio/Fafe e o futuro Parque de Lazer a constituir na Veiga de Creixomil. Na sequência da aprovação do projecto geral da Ciclovia, verificou-se que apenas uma pequena parcela de terreno, propriedade particular, terá de ser adquirida, no sentido de ser efectuada uma intervenção no território, tendo em conta que a parte projectada da Pista de Cicloturismo, apenas se refere a um troço de ligação entre o Campus Universitário e a Veiga de Creixomil. Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art. 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos, integrados no património



municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, consagrando-se desta forma a causa de utilidade pública a prosseguir. Nesta conformidade, têm vindo a encetar-se diligências no sentido de se proceder à aquisição da parcela de terreno necessária à implantação da obra, por via do direito privado, nos termos do n.º 1 do art.º 11º do Código das Expropriações, não tendo sido possível chegar-se a acordo com os proprietários, em virtude dos mesmos não terem apresentado qualquer contraproposta, o que representa não haver interesse dos mesmos na alienação amigável da parcela. A parcela em causa, com a área de 21,30m<sup>2</sup>, está classificada no Plano Director Municipal, como Espaço Canal da Circular Urbana – Zona de Protecção à Via e situa-se no Lugar da Ribeira de Baixo, freguesia de Creixomil, concelho de Guimarães. São comproprietários da raiz da referida parcela de terreno Domingos de Faria, António Gomes Fernandes Faria, Alcídia Gomes Fernandes Faria e usufrutuária Maria Gomes Fernandes, todos residentes na Rua dos Cutileiros, Lugar da Ribeira de Baixo, nº 125, freguesia de Creixomil, concelho de Guimarães, encontrando-se parte do prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1043/Creixomil e parte do artigo rústico 177º, que corresponde aos antigos artigos rústicos 894º e 896º. A parcela confronta do Norte, Sul, Nascente e Poente com terreno sobrance. Os encargos previstos com esta expropriação totalizam €1.584,29, em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. Deste modo, e no uso das competências conferidas pela alínea f), nº 2 do artigo 64º e pela alínea c), nº 7, do art. 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá ser deliberado requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade

Pública, para efeito de expropriação da mencionada parcela e dos direitos a ela inerentes. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – OBRAS EXECUTADAS NA ÁREA COMUM DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA D. AFONSO HENRIQUES, Nº. 799, DESTA CIDADE, CPCJ. - PROCº. 40/04/2008** – Presente

a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães, através de deliberação camarária datada de 26 de Junho de 2008, decidiu adquirir um imóvel que permitisse proporcionar condições adequadas ao funcionamento da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ). A escritura de compra e venda materializou-se em Dezembro do mesmo ano, tendo posteriormente o Município, dado início às obras de remodelação e adaptação da fracção, necessárias às funções para que foi adquirida. Entre as obras executadas, constava o sistema de renovação e extracção do ar, denominado AVAC, cuja instalação, segundo informação técnica, só poderia ser efectuada na cobertura da fracção adquirida pela autarquia, mas que de facto, tal espaço é de uso comum. Assim, apesar de não ter sido inicialmente pedida autorização ao condomínio para a ocupação do espaço comum, foi possível chegar a um consenso para a ocupação exclusiva por parte do Município, de uma área com 57m<sup>2</sup>, pelo período de 30 anos, mediante o pagamento de €14.610,20, conforme avaliação determinada por perito externo ao Município. A verba a pagar, será aplicada pelo condomínio em obras de reparação da fachada posterior do edifício. Assim, tendo a administração de condomínio obtido a autorização de todos os condóminos para a concretização do acima acordado, deverá ser superiormente decidido submeter a deliberação camarária o pagamento de €14.610,20 (catorze mil seiscientos e dez euros e



vinde e cêntimos), ao Condomínio do Edifício Empreendimentos Urbanos e Agrícolas e Pinheiro, sito no ângulo da Avenida e Travessa de D. Afonso Henriques, freguesia de Urgezes, deste concelho, pela ocupação de 57m<sup>2</sup>, durante 30 anos, de forma exclusiva, de uma área comum do edifício onde se encontra instalado o CPCJ. À consideração superior". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – JUNTA DE FREGUESIA DA COSTA – DOAÇÃO DE ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DA COSTA – PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE CASA MORTUÁRIA**

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Câmara Municipal de Guimarães, através de deliberação datada de 21/02/2008, decidiu doar à Junta de Freguesia da Costa, o antigo edifício escolar do Mosteiro, para ali se poder instalar convenientemente um Centro de Dia, em parceria com a Instituição Particular de Solidariedade Social, existente naquela freguesia. Sucede que, presentemente, a Junta de Freguesia pretende levar a efeito a construção de uma casa mortuária, no logradouro do antigo edifício escolar que o Município doou. Atendendo a que esta pretensão não se insere no fim inicialmente previsto na mencionada deliberação, foi consultado o DPPU no sentido de obter informação quanto à compatibilização dos equipamentos pretendidos, pelo que se verificou não existir qualquer inconveniente na pretensão da Junta de Freguesia. Deste modo, se assim for entendido superiormente, deverá ser submetida a deliberação camarária, a alteração da finalidade do prédio descrito na Conservatória do Registo predial de Guimarães sob o nº. 1027/Costa, destinando-se a Centro de Dia e construção de uma Casa Mortuária. À consideração superior". **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – DOAÇÃO DE CADEIRAS AO MUNÍCIPIO PELA ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “No âmbito do plano de intervenção em curso na Escola Secundária Francisco de Holanda, veio aquela, em 2009, propor a cedência ao Município de cerca de 370 cadeiras pretas semelhantes às que esta Autarquia possui, a título temporário ou definitivo, desde que ficasse assegurada a sua utilização, por parte da Escola, sempre que necessário. Colhido parecer do Departamento de Acção Social e Cultural (DASC), sobre o interesse na aceitação da proposta, foi entendimento que o referido mobiliário seria de grande utilidade não só para apoio a iniciativas da Câmara Municipal mas também a actividades promovidas pelas Juntas de Freguesia e Associações concelhias, tendo aquele Departamento sugerido que fosse aceite a cedência a título definitivo, mediante acordo a celebrar quanto à utilização das cadeiras pela Escola Secundária Francisco de Holanda. Entretanto, em contactos estabelecidos com o Director do mencionado estabelecimento de ensino, foi-nos dito que, neste momento, só dispunham de 103 cadeiras, pelo que, por e-mail de 23 de Março último, vem propor a sua doação ao Município, atribuindo-lhe o valor total de €2.060,00. Assim, em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido à Câmara para aprovar a referida doação, nos termos do disposto na alínea h), nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior”. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – INSTALAÇÃO DO CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES – CLAI** – Presente a

seguinte proposta: “Por protocolo assinado em 6 de Novembro de





2009 funciona nas instalações da Associação Cybercentro o Gabinete de Apoio ao Emigrante que foi implementado através de um acordo de cooperação com a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. No sentido de responder às problemáticas da população migrante, a Divisão de Acção Social apresentou também uma candidatura para a instalação de um Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, a qual mereceu acolhimento do Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural, o que vai exigir mais instalações, as quais devem ocupar um espaço próximo das já utilizadas pelo Gabinete de Apoio ao Emigrante. Considerando esse objectivo proponho um aditamento ao protocolo anteriormente celebrado com a Associação Cybercentro para a ocupação de uma nova sala, de acordo com a minuta que se junta em anexo, o que implicará a elevação dos encargos a suportar pela Câmara Municipal de 2 250,00€ (dois mil duzentos e cinquenta euros) para €9 600,00 (nove mil e seiscentos euros) por ano”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**PROTOCOLOS – CONTRATAÇÃO PÚBLICA – PLATAFORMA ELECTRÓNICA – ASSINATURA DIGITAL QUALIFICADA – CARTÃO DE CIDADÃO – CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM O INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, IP –**

Presente uma informação da Chefe da Divisão Administrativa, que se anexa, tendo em vista a celebração de um Protocolo com o Instituto dos Registos e do Notariado, IP, também em anexo. A referida informação, bem como a minuta do protocolo dá-se aqui

por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – APLICAÇÃO DO MÉTODO DE SELECÇÃO “AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA” – PROTOCOLO COM O MUNICÍPIO DA TROFA**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito dos procedimentos concursais de recrutamento para ocupação dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e de acordo com o disposto no artigo 53º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro um dos métodos de selecção de aplicação obrigatória é a “Avaliação Psicológica”. A “Avaliação Psicológica” visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Sucede que, nos termos do artigo 10º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, a aplicação deste método de selecção é obrigatoriamente efectuada, em regra, por uma entidade especializada pública. Neste sentido, em procedimentos concursais anteriormente realizados, a aplicação do referido método de selecção foi efectuada pela DGAEP – Direcção Geral da Administração e do Emprego Público. A realização deste método decorria em Lisboa, nas instalações da DGAEP e o custo para o Municipio era de 150,00€ (cento e cinquenta euros) por candidato. Para dar sequência aos procedimentos concursais actualmente pendentes, o Municipio solicitou novamente à DGAEP – Direcção Geral da Administração e do Emprego Público a aplicação do citado método de selecção “Avaliação Psicológica”. Sucede que, por ofício datado de 1 de Abril de 2010, a referida Direcção-Geral informou que,



*“devido à calendarização já existente, (...) não tem possibilidade de realizar o método de selecção mencionado (...)”.* Ora, considerando que: a) A DGAEP não tem disponibilidade para proceder à aplicação do método de selecção; b) O Município ainda não dispõe de todos recursos internos (humanos e materiais) necessários para aplicar o método de selecção; c) É urgente a aplicação do referido método para dar sequência aos procedimentos concursais pendentes e dar cumprimento à calendarização estipulada para os mesmos; d) O Município da Trofa possui competência, técnicos especializados e os recursos materiais necessários para aplicação deste método de selecção; e) Pelo estipulado na minuta de protocolo estima-se que os custos serão inferiores aos despendidos com a DGAEP; Face ao exposto, solicito que seja submetido a deliberação da Câmara Municipal a aprovação do protocolo junto em anexo”. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – ASSISTENTES TÉCNICOS – 6 POSTOS DE TRABALHO –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência das informações prestadas pelo DAG, DOM, DSUA-DTT, DASC-DAS, DBAD-DBD e DRHeSI, relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de postos de trabalho de Assistentes Técnicos cumpre-me informar o seguinte: - Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. - Após análise dos referidos pedidos em consonância com os pedidos de outras unidades orgânicas, proponho a abertura de um único procedimento concursal para preenchimento de um posto de

trabalho por cada unidade orgânica supra referida, perfazendo um total de 6 postos de trabalho. -----

UO	Justificação da necessidade / actividade a desenvolver em 2010	Descrição do Posto de Trabalho	Formação académica/ profissional
1-DAG	Com a transição do BUA para as instalações definitivas e face à reestruturação de serviços entretanto ocorrida, aqui passaram a desenvolver-se outras actividades para além do atendimento ao cidadão. Assim, urge reforçar a equipa de forma a garantir o bom funcionamento deste serviço, designadamente no que respeita ao registo e distribuição do expediente dirigido ao Município de Guimarães	Exercer funções administrativas, designadamente assegurar a transmissão de comunicação, registo, redacção, classificação e arquivo de expediente, atendimento, recolha, organização e tratamento de informação elementar	12º Ano
1-DOM	Face às novas exigências na área da contratação pública nomeadamente na verificação do cumprimento da execução dos contratos nos termos do Decreto-Lei 18/08, de 29 de Janeiro, republicado pelo D.L.278/09, de 2 de Outubro, verificou-se uma aumento do número de processos administrativos		
1-DSUA	A reformulação/extinção do Serviço de Taxas e Licenças pelo Departamento de Administração Geral impôs à DTT a assumpção de novas competências administrativas (tramitação de processos, emissão de guias, etc.), relativas à estação central de camionagem, ocupação da via pública, estacionamento (parque e zonas de estacionamento de duração limitada) e ciclomoteres		
1-DASC	Organização da secretaria em função dos serviços que a divisão presta actualmente, designadamente: actividades de apoio social, consulta jurídica, actividades de animação e projectos de desenvolvimento social		
1-DBAD	O Alargamento da Rede Concelhia de Leitura Pública e o constante aumento da Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho de Guimarães aliado ao forte envolvimento da Divisão de Biblioteca e Documentação com instituições do concelho e a nível nacional, nomeadamente na programação das suas actividades de promoção do livro e da leitura, justificam a necessidade de melhor e mais efectivo trabalho de coordenação administrativa e de comunicação dentro das várias estruturas da unidade orgânica e destas com o exterior	Exercer funções administrativas, designadamente assegurar a transmissão de comunicação, registo, redacção, classificação e arquivo de expediente, atendimento, recolha, organização e tratamento de informação elementar	12º Ano
1-DRH	Aumento da estrutura humana do Município em n.º de trabalhadores, designadamente os decorrentes da transferência de competências com pessoal não docente do Ministério da Educação para o Município de Guimarães e docentes das Actividades de Enriquecimento Curricular		

Existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura dos procedimentos concursais para preenchimento dos solicitados postos de trabalho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-



A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O PSD votou favoravelmente os pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de

informação que conceda garantias da não violação do art. 23º LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entrada, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas, o PSD não duvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos, confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial faz o PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA, ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO – DBAD/ARQUIVO** – Presente a seguinte



proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Dr.<sup>a</sup> Alexandra Marques relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de três postos de trabalho (2 - Técnicos Superiores e 1 Técnico de Informática), cumpre-me informar o seguinte: Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente: (Técnico Superior – Licenciatura adequada e Curso de Especialização em Ciências Documentais, Variante de Arquivos; Técnico Superior – Licenciatura em História; Técnico de Informática – 12º ano e Curso Tecnológico de Informática). Existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura dos procedimentos concursais para preenchimento dos solicitados postos de trabalho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O PSD votou favoravelmente os pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem

relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de informação que conceda garantias da não violação do art. 23º LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entradas, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas, o PSD não duvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em





reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos, confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial faz o PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL (DASC/DAS)**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Miranda relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho na DAS (Técnico Superior – licenciado em psicopedagogia clínica), cumpre-me informar o seguinte: O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; Existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de

recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O PSD votou favoravelmente os pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de informação que conceda garantias da não violação do art. 23º



LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entrada, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas, o PSD não duvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos, confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial faz o PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL (DASC/DAS)** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Dr.<sup>a</sup>

Isabel Miranda relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho na DAS (Técnico Superior – licenciado em serviço social), cumpre-me informar o seguinte: O posto de trabalho indicado na citada informação encontra-se previsto no mapa de pessoal estando vago devido à aposentação de uma trabalhadora; Existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho, por tempo indeterminado. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O PSD votou favoravelmente os pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na



função publica (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de informação que conceda garantias da não violação do art. 23º LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entrada, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas, o PSD não duvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos,

confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial faz o PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO FINANCEIRO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pela Directora do Departamento Financeiro, Dr.<sup>a</sup> Anabela Lima, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Técnico Superior – Administração (Gestão de Stocks), cumpre-me informar o seguinte: O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; Atendendo a que o posto de trabalho se encontra previsto no referido mapa de pessoal e que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "O PSD votou favoravelmente os pontos 14



a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de informação que conceda garantias da não violação do art. 23º LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entradas, terão que ser

dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas, o PSD não dúvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos, confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial faz o PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DAG/DMAQ) – CHEFE DE DIVISÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Dr.ª Joana Xavier relativa à abertura de procedimento concursal para provimento do posto de trabalho de Chefe de Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade cumpre-me informar o seguinte: O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela





Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente; Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho. Assim, nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, solicito que seja submetido a deliberação da Câmara Municipal abertura do referido procedimento concursal”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O PSD votou favoravelmente os pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação

disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de informação que conceda garantias da não violação do art. 23º LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entrada, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas, o PSD não duvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos, confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial faz o PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar



da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL –  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DAG/DMAQ)**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo:

"Na sequência da informação prestada pela Dr.<sup>a</sup> Carmo Martins, que mereceu a concordância da Dr.<sup>a</sup> Joana Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral, relativa à abertura de procedimentos concursais para provimento de dois postos de trabalho (1 Assistente Técnico – Tesouraria (Caixa) e um Assistente Operacional – Assegurar o contacto entre os serviços, distribuição de documentação e apoio à actividade administrativa), cumpre-me informar o seguinte: Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. Existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura dos procedimentos concursais para preenchimento dos solicitados postos de trabalho. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "O PSD votou favoravelmente os pontos 14 a 20 da Agenda de Trabalhos, relativos às propostas de abertura de procedimentos concursais, muito embora o tivesse feito, com inúmeras reservas, que foram aliás expostas previamente à votação dos pontos em questão. A

Lei do Orçamento de Estado/2010 (LOE), no seu art. 23º, impõe aos serviços da Administração Pública, onde se incluem os Municípios, uma limitação no recrutamento de trabalhadores sem relação jurídica de emprego público, apenas se permitindo o recrutamento de um trabalhador, se estiver demonstrada a saída de outros dois. Ora, em face desta limitação, a informação fornecida pelos serviços de recursos humanos é manifestamente insuficiente para instruir um voto consciente, uma vez que não esclarece se se pretende fazer o recrutamento exclusivamente na função pública (caso em que não se aplicará aquela limitação), ou igualmente com recurso a trabalhadores externos à função pública, nem tampouco juntando uma relação das entradas/saídas de trabalhadores para os vereadores poderem antecipadamente verificar do cumprimento da legalidade. Aliás, estranha-se até, e lamenta-se, que a Câmara esteja agora dotada de um adjunto exclusivamente para estas funções e que a informação disponibilizada aos vereadores para instruir o seu sentido seja manifestamente insuficiente, parecendo revelar um incompleto desconhecimento da Lei do Orçamento de Estado, o que seria a todos os títulos inadmissível. Em face do exposto, o PSD não dispõe de informação que conceda garantias da não violação do art. 23º LOE, essencialmente sabendo-se que os procedimentos concursais são em regra mistos, isto é, dirigidos a candidatos que sejam e que não sejam funcionários públicos, pelo que pode dar-se a circunstância de, uma vez aberto o procedimento concursal, surgirem mais candidatos do privado, o que significa que para cada uma dessas entrada, terão que ser dispensados dois trabalhadores, ou seja e no limite, se as 13 vagas forem preenchidas integralmente com privados, terão que ser dispensados 26 trabalhadores. Apesar das reservas manifestadas,



o PSD não duvida da necessidade efectiva das pessoas que se pretende recrutar, pelo que em substância, não se opõe aos referidos recrutamentos. Sendo ainda que, foi assegurado em reunião de Câmara, pelo Sr. Vice-Presidente de Câmara e pelo Vereador com pelouro dos Recursos Humanos, que tudo seria feito em cumprimento da legalidade pelo que, ainda que a posteriori, será feita a adequação do procedimento concursal a adoptar em face dos normativos carreados para o ordenamento jurídico pela Lei do Orçamento de Estado para o ano 2010. Por este motivos, confiando no que foi transmitido pelos referidos representantes do executivo e porque nada de substancial fazo PSD opor-se a tais recrutamentos, votamos favoravelmente, sendo que estaremos atentos ao cumprimento da legalidade, bem como, aos eventuais despedimentos não previstos aprioristicamente que poderão ter que ocorrer por ter sido trazida a reunião de Câmara uma autorização de recrutamento sem previamente cuidar de verificar da correcta adequação à legislação entretanto entrada em vigor". -

**PESSOAL – PROCESSOS DISCIPLINARES N.ºS 3 E 5/2009 –**

Presente o Relatório Final respeitante aos Processos Disciplinares instaurados à funcionária Maria de Fátima Marques de Sousa Gonçalves, com a categoria profissional de Assistente Técnica. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de suspensão em 30 dias. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE SUSPENSÃO EM 30 DIAS**, com nove votos a favor e um voto contra. -----

**PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 4/2009 –**

Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao funcionário Mário João Monteiro Pareira, com a categoria

profissional de Assistente Operacional. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de repreensão escrita. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA.** -----

**CULTURA – UNIVERSIDADE DO MINHO – PRÉMIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2010** – Presente a seguinte proposta: “O Conselho Cultural da Universidade do Minho vai promover, a exemplo dos anos anteriores, a 19ª edição do Prémio Vítor de Sá a atribuir a trabalhos sobre a História contemporânea portuguesa. A Câmara Municipal de Guimarães tem sido uma das entidades patrocinadoras do referido Prémio, pelo que proponho que seja atribuído um subsídio de €1 000,00 (mil euros) à Universidade do Minho (Departamento de Ciências Sociais), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada



em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo

18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – SUBSÍDIOS AOS CLUBES DESPORTIVOS – ÉPOCA 2009/2010** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do propósito assumido pela Câmara Municipal nos últimos anos de apoiar os clubes e associações desportivas, principalmente os que apostam na formação de jovens, com critérios de justiça e de rigor, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a seguinte proposta de atribuição de **Subsídios aos Clubes Desportivos** do nosso Concelho para a época 2009/2010: **A. ESCOLAS DE FORMAÇÃO (Juniões, Juvenis, Iniciados e Infantis)** – **Subsídio** - 5.000 euros por cada modalidade





desportiva; B. CLASSES JOVENS (Juniore, Juvenis, Iniciados e Infantis) – **Modalidades** - Andebol, Basquetebol, Voleibol, Futebol de 11, Futsal, Hóquei em Patins e Rugby. **Subsídio** - a. Competições de âmbito local ou distrital: 375 Euros; b. Competições de âmbito regional (distritos limítrofes): 550 Euros; c. Competições de âmbito nacional: 750 Euros. **Excepções** – a. Nas modalidades de Nataç o, Atletismo, Ciclismo, Desporto para Deficientes, Pesca Desportiva, BTT, T nis e Pólo Aqu tico, os clubes recebem um apoio de 550 euros por cada equipa em cada escal o, ou 50 euros por cada atleta quando, num determinado escal o, o número de atletas for inferior a nove; b. Na modalidade de Xadrez, os clubes recebem 275 euros por cada equipa em cada escal o, ou 25 euros por cada atleta quando, num determinado escal o, o número de atletas for inferior a nove. **C. ACTIVIDADE ESPECÍFICA** - No  mbito da actividade específica, pretende-se manter a diversifica  o de modalidades, e apoiar a afirmação dos Clubes nos primeiros patamares das principais competi   es nacionais, e onde a formação   primordial no seu funcionamento. Para além do futebol, o andebol, o voleibol, o basquetebol, o ciclismo, o atletismo e a natação são, indiscutivelmente, grandes modalidades nacionais onde a afirmação da Cidade é importante, e onde a nossa presença representa uma mais valia sócio-desportiva de relevo, com destaque para os títulos nacionais alcançados no voleibol e basquetebol. O Xico Andebol, no andebol e voleibol, o Vitória Sport Clube, no voleibol, futebol, atletismo, basquetebol, pólo aquático e natação, a Casa do Povo de Fermentões, no andebol, voleibol e atletismo, o Futebol Clube os Piratas de Creixomil no desenvolvimento do Futsal e a Associação de Ciclismo do Minho nas várias vertentes do Ciclismo, estão a disputar ou a organizar na presente época desportiva os principais Campeonatos

Nacionais destas modalidades, e em alguns casos, poderão participar nas provas de cariz internacional. Na concretização da política desportiva, atrás enunciada, proponho: Que a Câmara Municipal conceda subsídios extraordinários, que já englobam os apoios aos vários escalões formativos dos seguintes clubes/secções: **25.000** euros – Associação de Futebol Popular de Guimarães, Xico Andebol, Vitória Sport Clube (Secção de Voleibol), Vitória Sport Clube (Secção de Natação), Vitória Sport Clube (Secção de Basquetebol), Casa do Povo de Fermentões e FC Os Piratas de Creixomil; **10.000** euros – Vitória Sport Clube (Secção de Pólo Aquático); **3.000** euros – Associação de Ciclismo do Minho. Estima-se, com base nos subsídios atribuídos em anos anteriores, que o montante para este ano ronde os 350.000 Euros”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE MESÃO FRIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Mesão Frio, aprovou a seguinte denominação toponímica: 51 – **Travessa de S. Romão** – Arruamento sem saída com início na rua com o mesmo nome; 52 – **Travessa da Eira** – Arruamento sem saída com início na rua com o mesmo nome; Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Mesão Frio. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa



ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE UEGEZES** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Urgezes, aprovou as seguintes denominações toponímicas para o loteamento com o Alvará nº 11/2002, processo nº 400/99, com recepção provisória por despacho de 4 de Dezembro de 2003: 84 – **Rua da Boavista** – Arruamento sem saída com início na Rua António da Costa Guimarães; 85 – **Travessa A da Boavista** – Arruamento sem saída com início na Rua da Boavista; 86 – **Travessa B da Boavista** – Arruamento sem saída com início na Rua da Boavista; 87 – **Travessa C da Boavista** – Arruamento sem saída com início na rua da Boavista; A mesma Assembleia de Freguesia, aprovou ainda para o arruamento edificado há vários anos, mas que nunca foi alvo de atribuição toponímica, a seguinte denominação: 88 – **Travessa de Vila Verde** – Arruamento sem saída com início na Rua Camilo Castelo Branco; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Urgezes. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE CALDELAS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Caldelas, aprovou as seguintes denominações toponímicas: 101 – **Avª dos Combatentes do Ultramar** – Tem início na Avenida

Francisco Martins Sarmento e termina na primeira rotunda no sentido do Avepark. 102 – **Travessa da Alameda** - Tem início na Alameda Rosas Guimarães e termina no entroncamento com a Viela de Trás do Ferreiro. Considerando que os arruamentos em causa não possuem topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Caldelas”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TOPONÍMIA – FREGUESIA DE CREIXOMIL** – Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito e Transportes: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Creixomil, aprovou a seguinte denominação toponímica: 103 – **Rua Santo André** – Arruamento sem saída com início na Rua Colégio Militar; Considerando que o arruamento em causa, não possui topónimo atribuído, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Creixomil”. As plantas e a designação toponímia dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROFESSORES DE INGLÊS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Abril de 2010, que disponibilizou, à Associação



Portuguesa de Professores de Inglês, o transporte, em autocarro, dos participantes no 24.º Congresso Anual, a realizar entre os dias 30 de Abril e 2 de Maio, no Centro Cultural Vila Flor.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –** Presente,

para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Abril de 2010, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Professor João de Meira, o transporte, em autocarro, dos alunos do Jardim-de-infância à cidade, no passado dia 21 de Abril.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Abril de 2010, que disponibilizou, ao Centro Social da Paróquia de Santa Eulália de Nespereira, o transporte, em autocarro, de 31 crianças ao Colégio de Vila Pouca, no passado dia 5 de Maio. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. ----**

**TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –** Presente a seguinte informação

do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Junta de Freguesia de Aldão solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte das crianças da Escola EB1 do Pulo a Penafiel, no próximo dia 26 de Maio. Assim, considerando que se trata de uma actividade que visa a participação das crianças num parque de diversões temático e a importância deste tipo de actividades no seu desenvolvimento social e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CENTRO DE DESPORTO, CULTURA E RECREIO DO PESSOAL DOS CTT – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “O Centro de Desporto, Cultura e Recreio do Pessoal dos CTT solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte das comitivas participantes nos Jogos que irão decorrer em Guimarães, entre os próximos dias 3 e 6 de Junho. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e considerando que no programa inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural e que se trata de uma oportunidade de divulgação do nosso concelho e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista”. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação: “Os Serviços Sociais da Administração Pública solicitaram a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 28 de Julho para efectuar o transporte dos participantes no Turno de Férias Sénior que irá decorrer em Guimarães de 23 a 30 de Julho. Considerando que no programa inclui visitas pelos locais de maior interesse turístico e cultural e que se trata de uma oportunidade de divulgação do nosso concelho e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do



executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – AQUISIÇÃO DE VIATURAS DE TRANSPORTE**

**COLECTIVO** – Presente a seguinte proposta: “Várias instituições (Juntas de Freguesia, IPSS, Clubes desportivos) têm dirigido à Câmara Municipal pedidos de comparticipação para a aquisição de Viaturas para transporte colectivo dos seus utentes. Reconhece-se que estas Viaturas são um equipamento fundamental para a prossecução dos objectivos destas entidades que exercem actividades de interesse público. Os pedidos recebidos referem-se tanto à aquisição de veículos novos como outros já utilizados, sendo variável o valor comercial dos mesmos, a sua lotação, e a dimensão da utilização a que se destinam. Considerando todos estes factores, e de acordo com o interesse público das actividades que irão apoiar, proponho que a Câmara Municipal atribua os subsídios abaixo indicados às seguintes entidades: Grupo Desportivo Recreativo Cultural “Os Sandinenses”, subsídio de propósito de €1 500,00 (mil e quinhentos euros) para apoio à aquisição de uma Viatura de 16 lugares com valor comercial de €6 000,00 (avaliação da Divisão de Trânsito e Transportes); Pevidém Sport Clube, subsídio de €2 500,00 (dois mil e quinhentos euros), para apoio à aquisição de duas Viaturas de nove lugares cada, com valor comercial de €10 500,00 e €5 000,00 respectivamente (avaliação da DTT); Casa do Povo de Briteiros, subsídio de €2 500,00 (dois mil e quinhentos euros), para apoio à aquisição de uma Viatura de nove lugares, nova, cujo custo foi de €22 600,00; Junta de Freguesia de Pinheiro, subsídio de €2 500,00 (dois mil e quinhentos euros) para apoio à aquisição de Viatura de nove lugares, com valor comercial de €20 000,00 (avaliação da DTT); Junta de Freguesia de S. Faustino, subsídio de €2 500,00 (dois mil

e quinhentos euros) para apoio à aquisição de uma Viatura de nove lugares, nova, cujo custo foi de €25 840,00 (avaliação da DTT). Estes apoios são concedidos ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – DIA MUNDIAL DA CRIANÇA** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos vai realizar no próximo dia 1 de Junho (Dia Mundial da Criança) uma





Festa da Criança que envolverá cerca de 500 crianças do 1º ciclo, Jardim-de-Infância, e Creche daquela Vila. Considerando o interesse público da iniciativa, já apoiada em anos anteriores, proponho a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do valor que vier a ter lugar num máximo de €500,00 (quinhentos euros) ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTIVAL**

**DE VERÃO "BARCO ROCK FEST"** – Presente a seguinte proposta: "O Movimento Artístico das Taipas – Associação Cultural, em parceria com a Junta de Freguesia de Barco, vai organizar entre 18 a 21 de Agosto a 5ª edição do Festival de Verão denominado "Barco Rock Fest", junto à Praia Fluvial de Barco, iniciativa mobilizadora da juventude daquela zona do Concelho, e participada por muitos jovens de outras regiões que ali se deslocam. Este Festival tem-se vindo a afirmar no contexto dos festivais musicais que se realizam durante a época de Verão, com maior investimento na qualidade dos espectáculos e aproveitando as belas condições do espaço em que decorre. Pelo seu interesse na diversificação da oferta cultural do concelho, proponho a atribuição de um subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros) à Junta de Freguesia de Barco para apoio à realização do Festival, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art.º 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio



a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – PARCERIA ABAE/MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO-ESCOLAS** – Presente a seguinte proposta

do Vereador Amadeu Portilha: “No seguimento do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE-FEE/Portugal) veio propor ao Município de Guimarães o apoio e colaboração no Programa Eco-Escolas 2010, através do protocolo que se anexa. A Câmara Municipal de Guimarães contribui para implementação do Programa Eco-Escolas, desde os anos 2001/2002 e esta parceria tem produzido efeitos positivos, ao nível da obtenção do respectivo Galardão, por parte das escolas aderentes. Pelo protocolo remetido no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a parceria entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o Município se compromete apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco-Escolas 2009/2010, em 20€/escola, num total de 13, perfazendo 260,00€ de apoio, conforme informação em anexo. Para além disso, posteriormente o Município compromete-se atribuir 50€ por Escola premiada. Note-se que o contributo financeiro solicitado por escola, que é essencial para assegurar o desenvolvimento deste projecto, se destina à comparticipação em parte das despesas inerentes à implementação do Programa (despesas de gestão, mailings, produção de materiais, edição de bandeiras e certificados, pagamento à FEE internacional da quota/escola, etc.).

As Escolas inscritas encontram-se discriminadas em anexo. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 02.02.25.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS –**

**DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "A Junta de Freguesia de Infantas, vem solicitar a doação de mobiliário para equipar várias salas destinadas a um Centro de Novas Oportunidades. Atendendo que existe, em armazém, mobiliário que segundo informação dos Serviços de Educação já não satisfaz as necessidades dos estabelecimentos de ensino, submete-se à consideração superior a doação à Freguesia de Infantas, do mobiliário melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
40 Cadeiras, estrutura metálica, assento e encosto em fórmica, Ref Dren 03	€ 4,00	€ 160,00
20 Mesas, estrutura metálica, tampo e prateleira em fórmica, Ref. Dren 03	€ 12,00	€ 240,00
<b>TOTAL</b>		<b>€ 400,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DE BARCO –**

**DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "O Grupo Cultural e Recreativo de Barco, vem solicitar a doação de mobiliário para equipar a sua secretaria, uma vez que o seu, aí instalado, já se encontra degradado. Atendendo a que existe, em armazém, diverso mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação ao



Grupo Cultural e Recreativo de Barco, de mobiliário, melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Armário alto estrutura metálica preta portas de correr verticais e tampo em madeira	€100,00	€100,00
Armário alto estrutura metálica preta portas de correr em esteira e tampo em madeira	€100,00	€100,00
Secretária estrutura metálica preta e tampo em madeira	€80,00	€80,00
<b>Total</b>		<b>€280,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

### **SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO –**

Presente a seguinte proposta: “Após alguns anos de interregno, a Associação de Ciclismo do Minho vai novamente organizar o Grande Prémio do Minho em Ciclismo (28.ª edição), uma das provas mais marcantes do ciclismo nacional e que terá lugar entre 17 e 20 de Junho próximos. Este Grande Prémio, que até 2006, ano da sua última edição, registou a participação de equipas e atletas internacionais de renome, estando integrado e bem classificado no calendário internacional da modalidade, renasce fruto do dinamismo imprimido pela nova Direcção da Associação de Ciclismo do Minho, que só em 2009, e a título exemplificativo, registou 1596 atletas inscritos, 60 clubes e 100 dias de provas, nas quais participaram cerca de 10.000 ciclistas. Para além da consolidação de projectos desportivos já existentes, a Associação de Ciclismo do Minho tem, igualmente, procurado lançar os alicerces de novos projectos, como é o caso da reedição do Grande Prémio do Minho, as Voltas de Cadetes e Juniores, a organização do Campeonato Nacional de Trial Bike e a criação do Centro de Ciclismo do Minho, projecto que potenciará a criação de renovadas

condições para a promoção e desenvolvimento sustentado da modalidade na região. Tendo em conta estas circunstâncias, assim como o facto de considerarmos a efectiva importância desta prova para o desporto e a mais-valia que constitui para a economia local, proponho que a Câmara Municipal apoie esta prova através de um subsídio no valor de €7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA A DEFICIÊNCIA** – Presente a seguinte proposta: “A ANDDI-



Portugal (Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual) é uma Instituição de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, cuja principal actividade é fomentar e organizar a prática de actividades desportivas de competição para atletas nacionais com deficiência intelectual. A Federação Internacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (INAS-FID) vai organizar, este ano, duas importantes competições desportivas: de 26 a 28 de Novembro, o 1.º Campeonato da Europa de Judo, participando o nosso país com uma delegação de 12 elementos, sendo dois deles, José Alberto Ferreira Rocha (atleta) e Mário Oliveira (treinador), de Guimarães; de 14 a 21 de Novembro, o 6.º Campeonato do Mundo de Basquetebol, participando o nosso país com as selecções masculina e feminina, sendo oito deles do nosso concelho: Carlos Manuel Silva Borges Duarte, Rui Luís Oliveira Pereira, Cátia Isabel Rodrigues Gonçalves, Liliana Maia Silva Oliveira, Marta Manuela Ribeiro Vieira, Patricia Filipa Freitas Silva, Sofia Andreia Silva Miranda e Sónia Pereira Costa. Tendo em conta os elevados custos de participação e os poucos apoios oficiais para esta participação, a ANDDI solicita o apoio das autarquias que têm jovens seus integrados nas várias delegações, pelo que, tendo conta o exposto, propõe-se a atribuição de um subsídio de €1.000,00 (mil euros) à Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD

votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – XVII GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE SERZEDO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, em colaboração com as instituições sedeadas na freguesia de Serzedo, vai promover a realização do XVII Grande Prémio de Atletismo de Serzedo que terá lugar no próximo dia 1 de Maio, tendo solicitado apoio municipal na oferta de troféus em disputa. Considerando o interesse na dinamização da actividade desportiva, proponho a ratificação do meu despacho que deferiu a oferta de cinco troféus pertencentes ao espólio municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AIRÃO SANTA MARIA** – Presente a seguinte proposta:

“Promovido pelo Grupo Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Grupo Banco Espírito Santo, realiza-se nos próximos dias 5 e 6 de Junho, na Praça da Figueira, em Lisboa, o V Encontro de Cultura Tradicional Minhota “O Minho em Lisboa”. Tendo os promotores solicitado à Autarquia a participação de um grupo representativo de Guimarães, foi formulado convite à Confraria de Bombos da Associação Recreativa e Cultural de Airão Santa Maria para participar na iniciativa e assim representar as tradições etno-musicais concelhias num evento de dimensão e importância que justificam a presença de Guimarães. Deste modo proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, à Associação Recreativa e Cultural de Airão Santa Maria, de um subsídio de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), destinado a custear todas as despesas de participação da Confraria de Bombos da Associação Recreativa e Cultural de Airão Santa Maria no V Encontro de Cultura Tradicional Minhota “O Minho em Lisboa”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por

parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE BRITEIROS – “CITÂNIA**

**VIVA”** – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Briteiros vai levar a efeito em 23 de Maio o evento “Citânia Viva” que inclui várias iniciativas junto à Citânia de Briteiros, recriando o ambiente da Idade do Ferro, como um “almoço castrejo”, um “Conselho de Anciãos”, um “torneio guerreiro” e um “ritual fúnebre”, cujos encargos se elevam a €3 000. Considerando o interesse cultural do evento, com acompanhamento científico da Sociedade Martins Sarmento e a participação da EB 2,3 de Briteiros, Associação Juvenil Citânia, Agrupamento de Escuteiros, e Círculo de Arte e Recreio (CAR), proponho que seja concedido um subsídio de €1 000,00 (mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 40, 41, 42, 46, 47, 49 e 50 da



agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DA CRUZ DE PEDRA – FESTAS DE SANTO ANTÓNIO** – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra solicitou a ligação à rede pública de água de uma torneira junto ao parque infantil daquele lugar, a fim de assegurar o abastecimento a vários equipamentos durante as próximas Festas de S. António que se realizam de 11 a 13 de Junho próximo, a exemplo dos anos anteriores. Considerando que devem ser asseguradas condições de salubridade e higiene durante aquelas Festas, classificadas de interesse concelhio, proponho que seja assumida a ligação solicitada, bem como os encargos do consumo, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CLUBE DE CAMPISMO E CARAVANISMO DE**

**BARCELOS – 19.º ACAMPOVANA** – Presente a seguinte proposta: “O Clube de Campismo e Caravanismo de Barcelos promoveu na nossa Cidade de Guimarães uma actividade denominada “19ª Acampovana” com a visita de 60 Auto Caravanas e um total de 130 participantes, que teve lugar em 16 a 18 de Abril passado, tendo solicitado alguns apoios logísticos. Considerando a divulgação de vários pontos de interesse do concelho que foram visitados, deferi a concessão do transporte para a deslocação à Citânia de Briteiros com a assunção pela Câmara dos encargos decorrentes, bem como a oferta de duas Cantarinhas pertencentes ao espólio municipal e a disponibilidade de um Guia turístico para uma visita guiada, pelo que proponho a ratificação do meu despacho que tal concedeu, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Ronfe solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 17 de Dezembro de 2009 e 7 de Janeiro de 2010. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Ronfe, de um subsídio no valor de €268,08 (duzentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDELO – FESTA**



**DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Serzedelo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal 2009. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Serzedelo, de um subsídio no valor de €51,66 (cinquenta e um euros e sessenta e seis cêntimos), correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CREIXOMIL – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA LUZ – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Luz solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora da Luz, realizada entre os passados dias 9 e 11 de Abril. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €186,52 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Creixomil, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora da Luz, num máximo de €93,26 (noventa e três euros e vinte e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO – FESTA DO CORPO DE DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um pedido da Comissão de Festas do Corpo de Deus,

freguesia de Briteiros Santo Estêvão, solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os próximos dias 28 de Maio e 3 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €56,55, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estevão, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa do Corpo de Deus, num máximo de €28,27 (vinte e oito euros e vinte e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – GRUPO FOLCLÓRICO RECREATIVO DE TABUADELO – 12.º FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício do Grupo Folclórico Recreativo de Tabuadelo, solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do 12.º Festival de Folclore, a realizar no próximo dia 12 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €15,75, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Tabuadelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações do 12.º Festival de Folclore, num máximo de €7,88 (sete euros e oitenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DA CRUZ DE PEDRA – FESTA DE SANTO ANTÓNIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício do Grupo Cultural e Recreativo da



Cruz de Pedra solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Santo António, que se realiza entre os próximos dias 11 e 13 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €93,77 pelo que se propõe a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Santo António, num máximo de €46,89 (quarenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTA EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

– Presente um ofício da Comissão de Culto da Capela de Santo António d’Arcela solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santo António, que se realiza entre os próximos dias 9 e 14 de Junho. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €80,90 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Santo António, num máximo de €40,45 (quarenta euros e quarenta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----**

**PELAS DOZE HORAS O VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA DEU  
POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE  
LAVROU A PRESENTE ACTA. -----**